



A volatilidade eleitoral nos municípios brasileiros para o cargo de vereador (2000-2012)

Monize Arquer

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Email: monize.arquer@hotmail.com ou monize.arquer@gmail.com

SPG 14 - Partidos políticos e sistemas de partidos

Trabalho apresentado no 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciência Política, realizado entre os dias 26 a 30 de outubro de 2015, no Hotel Glória, em Caxambu - MG.

Campinas

2015

Resumo¹

Este trabalho contribui para a literatura sobre sistema partidário e sobre comportamento eleitoral. O objetivo principal é analisar o índice de volatilidade eleitoral partidária para o cargo de vereador em quatro eleições consecutivas, entre 2000 e 2012. Tratamos este índice como variável dependente, e demonstramos que o contexto local – sociodemográfico e institucional – ajudam a explicar a alternância do eleitor entre os diversos partidos políticos. Por meio de uma amostra representativa de todos os municípios brasileiros, encontramos que esse efeito é mais expressivo entre os municípios de pequeno porte e no início do período analisado.

Introdução

A proposta deste trabalho é explorar como os eleitores se comportam no nível municipal, ao mesmo tempo em que tratamos sobre o funcionamento do sistema partidário subnacional. Para isso, analisamos a volatilidade eleitoral partidária para o cargo de vereador nos municípios brasileiros entre 2000 e 2012, compreendendo quatro eleições e três pares para o cálculo da volatilidade. Queremos verificar se há um processo de continuidade das escolhas eleitorais para o cargo de vereador e em que medida as características contextuais - sociodemográficas e institucionais – dos municípios são capazes de explicar o índice de volatilidade eleitoral partidária.

Este olhar para o nível subnacional nos ajuda a compreender como se dá a dinâmica eleitoral nos municípios brasileiros, um nível pouco analisado pela literatura, e nos permite identificar especificidades da disputa política local e em que medida ela reflete os padrões estaduais e nacionais. A principal contribuição desta pesquisa se dá pelo fato de não haver trabalhos que apresentem essa composição da volatilidade eleitoral para o cargo de vereador, ou que se proponham a explicá-la como pretendemos fazer. Somado a isso, como estamos lidando com cidades que estão num mesmo país,

¹ Este trabalho traz alguns resultados que foram apresentados na dissertação de mestrado da autora, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (PPGCP-Unicamp) em abril de 2015.

conseguimos fazer uma análise comparativa isolando unicamente as características contextuais, dado que todos os municípios estão sujeitos às mesmas regras eleitorais.

A volatilidade eleitoral mede o quanto os eleitores mudam de opção partidária entre duas eleições consecutivas. Sua fórmula original foi elaborada por Pedersen (1979), e consiste na diferença entre a porcentagem de votos recebidos pelos partidos políticos em cada par de eleições². Normalmente ela aparece como um dos indicadores necessários para medir a institucionalização de um sistema partidário, interpretada como uma evidência do grau de estabilidade da competição eleitoral, juntamente com o enraizamento partidário, a legitimidade das leis e regras que direcionam a disputa e a consolidação da organização partidária (Mainwaring e Scully, 1995).

Mas neste trabalho a volatilidade eleitoral adquire também o papel de variável dependente, atuando como uma ferramenta para identificar os determinantes do comportamento eleitoral. Sabemos que o voto tem um caráter multidimensional, e que envolve diversos fatores para sua definição, mas para esse trabalho partimos do pressuposto de que o contexto importa para explicar a decisão do eleitorado e que por meio de características locais somos capazes de compreender os fatores que interferem na alternância partidária entre duas eleições consecutivas.

Essa análise está ancorada na abordagem sociológica, ou Teoria Histórico-Contextual, que tem Seymour Lipset como um de seus adeptos, e defende que a preocupação fundamental do pesquisador deve ser as condições sociais nas quais o indivíduo está inserido. O eleitor seria influenciado pelo contexto social e político em que vive e a forma como vive neste local, e pelos coletivos dos quais faz parte, que integram socialmente os indivíduos e ajudam a compor o eixo que direcionará suas atitudes e comportamentos. Seria nesses contextos que as instituições, as práticas

² Para calcular a volatilidade eleitoral subtraímos a porcentagem de votos recebidos por cada um dos partidos entre duas eleições consecutivas. Essas diferenças são somadas (desconsiderando o sinal) em cada município e o resultado dessa soma é dividido por dois. Ao longo do período estudado houveram casos de fusões e criação de novos partidos. Para o primeiro caso, consideramos a soma dos votos que os partidos que se uniram receberam na eleição anterior à fusão. Para o segundo, consideramos que o número de votos que o novo partido recebeu na eleição anterior ao seu surgimento foi igual a zero.

cotidianas e as ideologias se formam, se consolidam e orientam o caminho a ser seguido pelo eleitor (Figueiredo, 2008).

Para medir esse impacto, utilizamos variáveis que se separam em dois tipos: sociodemográficas e institucionais. O grupo das variáveis estruturais ou sociodemográficas inclui o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o tamanho do eleitorado (número de eleitores) e a porcentagem da população rural. Já o grupo que contempla as variáveis institucionais inclui o número efetivo de partidos (NEP), a magnitude do distrito (número de vagas) e a volatilidade eleitoral, que é nossa variável dependente³.

Elas serão analisadas tendo o município como unidade. Para isso, foram estabelecidos três grupos de cidades de acordo com seu porte, com base no número de eleitores⁴. Para o primeiro e o segundo grupos foi criada uma amostra estratificada proporcional por região⁵. O primeiro contempla os municípios pequenos, aqueles com até 20 mil eleitores, e é composto por 532 municípios; e o segundo, os municípios médios, com 20 mil a 200 mil eleitores e conta com 393 municípios. Já o terceiro abarca todos os municípios grandes, com 200 mil eleitores ou mais, sendo composto por 82 municípios⁶.

³ Os dados referentes às variáveis estruturais foram obtidos através dos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (www.ibge.gov.br), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (www.ipea.gov.br) e do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (www.atlasbrasil.org.br/2013). Já as variáveis institucionais, assim como os dados eleitorais, foram obtidos através do site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (www.tse.jus.br).

⁴ Esta pesquisa se baseia no tamanho do eleitorado e no número de municípios brasileiros em 2012, que é o ano da última eleição que abordamos.

⁵ O fórmula para calcular a amostra foi

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Sendo que n – tamanho da amostra calculada

N – tamanho da população

Z – variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p – verdadeira probabilidade do evento

e – erro amostral

⁶ Apesar do total de municípios com mais de 200 mil eleitores em 2012 ser 84, trabalhamos apenas com um total de 82. Isso porque excluímos Brasília/DF, por não ter eleições para o cargo de vereador, e Campos dos Goytacazes/RJ, que teve as eleições de 2004 anuladas após uma intervenção judicial, o que poderia distorcer os dados.

Tabela 01 - Número de municípios por região.

	Pequenos (0 a 20 mil)	Médios (20 a 200 mil)	Grandes (mais de 200 mil)	TOTAL
Norte	42	37	6	85
Nordeste	170	133	14	317
Sul	121	65	12	198
Sudeste	151	133	45	329
Centro-oeste	48	25	5	78
TOTAL	532	393	82	1007

Fonte: elaboração da autora.

O principal método utilizado para testar nossas hipóteses foi a regressão linear múltipla, pois permite analisarmos o efeito de cada variável, ou grupo de variáveis, dentro de modelos detalhados. Para esta pesquisa foram realizados três modelos, com base nos pressupostos que nos direcionam. O primeiro contém apenas o IDHM, para vermos o efeito dessa variável mais geral sobre qualidade de vida. O segundo inclui as outras duas variáveis sociodemográficas, compondo um bloco com fatores mais sociológicos da população. Por fim, o terceiro modelo acrescenta as variáveis institucionais, completando as características locais que consideramos relevantes para determinar o comportamento eleitoral. É importante destacar que o acréscimo de variáveis em cada modelo aumentou seu poder explicativo.

Este trabalho está dividido em cinco seções. Primeiro trazemos um breve debate teórico sobre como compreendemos o contexto e algumas análises sobre a volatilidade

eleitoral no Brasil. Em seguida, apresentamos nossas variáveis e as hipóteses relacionadas a cada uma delas. A terceira seção é mais descritiva e apresenta o valor da volatilidade eleitoral partidária para cada grupo de municípios e região brasileira ao longo do período analisado. Em seguida, apresentamos o efeito das variáveis contextuais sobre a volatilidade, interpretando esse índice de forma mais aprofundada. Por fim, encerramos com algumas considerações finais sobre os achados desse trabalho.

Contexto e a volatilidade eleitoral no Brasil

Nesta seção será feita uma retomada de alguns trabalhos que aparecem como ponto de partida para nossa análise e ajudam a justificar e integrar a presente pesquisa no debate atual sobre volatilidade eleitoral e contexto.

Um grande clássico que une a análise sobre sistema partidário e contexto local foi escrito por Lipset e Rokkan (1967). Os autores apresentam a origem e a estrutura de sistemas partidários europeus, e sua relação com as clivagens sociais que permeavam a sociedade. Essas clivagens teriam surgido após a consolidação do território nacional, e devem ser analisadas de forma conjunta, pois estão presentes em toda sua extensão. Cada uma delas irá se manifestar em alinhamentos partidários específicos de acordo com os objetivos do setor, visando algum retorno vantajoso. Os autores distinguiram quatro clivagens essenciais: igreja x governo, economia primária x economia secundária, trabalhadores x proprietários dos meios de produção, e novos temas culturais x cultura dominante (Lipset e Rokkan, 1967).

Por meio dessa análise os autores são capazes de explicar a gênese dos sistemas políticos e a consolidação das bases partidárias em contextos específicos. Essas conexões entre o sistema e a sociedade reforçam o vínculo existente entre partidos e eleitores, uma vez que essas instituições podem direcionar sua campanha e propaganda política para grupos mais delineados, respondendo à demandas específicas e garantindo sucesso eleitoral e capacidade de influência na comunidade política.

É importante destacar que quando falamos de “contexto” não estamos nos referindo apenas às características demográficas ou socioeconômicas de determinada

sociedade, mas também às regras e instituições que permeiam a vida dos atores e influenciam suas ações. Essa influência das instituições se torna mais evidente em relação ao processo eleitoral. Segundo Dalton e Anderson (2011),

voters may react to the more proximate and identifiable options existing in the party system that flows from these institutional structures. We presume that the political context defined by the electoral system and party system shapes the voters' behavior in three ways: by determining the number of choices, the nature of choices, and the predictability of choices (Dalton e Anderson, 2011, p. 9).

Os autores afirmam a importância de pensarmos sobre os contextos nos quais os indivíduos estão inseridos e reforçam a necessidade de pesquisas comparativas que demonstrem os possíveis efeitos que procedimentos distintos podem gerar, e as mudanças que esses locais sofrem ao longo do tempo (Dalton e Anderson, 2011). Mas existem alguns obstáculos para a realização desses trabalhos. Como afirmam Mainwaring e Scully (1995),

survey data and data on electoral geography would be useful in showing how citizens perceive parties, measuring the strength of party identification, and assessing voter stability in voters' electoral preferences. Do most citizens express a predilection for a party? Are voting patterns relatively stable, according to geographical and sociological groups? Unfortunately we do not have sufficiently comparable data to undertake this effort here." (Mainwaring e Scully, 1995, p.11).

Ou seja, encontramos certa dificuldade ao tratar sobre países da América Latina e se faz essencial analisá-los de forma minuciosa, dadas suas especificidades históricas. Nesse sentido, buscamos realizar uma pesquisa que utiliza um dos principais indicadores quando falamos sobre estabilidade eleitoral nessa região (Mainwaring e Scully, 1995),

mas tentando identificar o que explica seu valor. Sendo assim, seguimos a sugestão de Peres (2013) que interpreta o índice de volatilidade como o resultado de um mercado eleitoral, com ofertas e demandas. Não negamos a relevância de sua função como um dos indicadores da estabilidade do sistema partidário, principalmente em termos comparativos, mas trazemos a proposta complementar de buscar maiores informações sobre a dinâmica política no nível local. Sendo assim, é importante destacar o que vem sendo encontrado sobre a volatilidade eleitoral no Brasil.

O primeiro trabalho que merece destaque é o de Mainwaring (2001), que reforça a relevância dos partidos políticos na cena política democrática, inclusive nos locais onde o sistema partidário pode apresentar-se pouco institucionalizado e para aquelas pessoas que não estejam ligadas a nenhuma legenda. O autor analisa o sistema partidário brasileiro de 1979 a 1996, e destaca a alta volatilidade eleitoral, a alta fragmentação partidária e o baixo enraizamento das legendas, o que dificultava que os partidos políticos conquistassem um eleitorado estável e fiel.

Todavia, esses achados se davam em maior medida para os cargos de deputado federal e presidente, mas quando o sistema era analisado olhando para as regiões, para os estados e para os diversos portes de municípios, era possível notar certa continuidade das preferências eleitorais. Segundo Mainwaring (2001), essa instabilidade pode ser explicada exatamente pela mudança das regras eleitorais, como a transferência de um sistema bipartidário para um multipartidário somada a crise econômica vigente, que afetou negativamente a imagem dos partidos governantes e os enfraqueceu no momento da eleição (Mainwaring, 2001, p.149).

Dando continuidade ao período histórico, temos o trabalho de Braga (2006), que analisa a competição política no Brasil de 1982 a 2002. Além de explorar toda a dinâmica e o funcionamento do sistema político brasileiro, a autora também analisa a volatilidade eleitoral nacional e nos municípios. Sua pesquisa aponta que a volatilidade eleitoral apresenta uma tendência declinante e que seus maiores valores são encontrados entre os municípios pequenos e médios, e os menores entre os municípios grandes e capitais. Quando analisada por região, destacam-se a Sul e Sudeste com os resultados mais baixos,

o que a autora explica com base no momento que se instaurou o pluripartidarismo nos estados. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, esse processo foi mais lento, o que levaria a mudança na correlação de forças acontecer em um período mais recente.

Outro exemplo é o trabalho de Braga, Ribeiro e Amaral (2012) que analisa o sistema partidário brasileiro e confirma uma crescente institucionalização e estabilidade da competição política. Apesar de se tratar de uma análise em nível mais agregado, não podemos ignorar esse dado que diz muito sobre a realidade política brasileira. Os autores encontram uma considerável queda na volatilidade eleitoral, tanto entre os partidos, quanto entre os blocos ideológicos. Isso indica uma tendência gradual à institucionalização e à maior estabilidade do sistema.

Buscando uma análise mais específica para cada cargo político, Bohn e Paiva (2009) analisam a volatilidade eleitoral de 1982 a 2006 nas eleições para o cargo presidencial, para os governos estaduais, para o Senado, para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas, nos distritos estaduais. Sua proposta é identificar se a volatilidade eleitoral para essas disputas também está em declínio no nível subnacional, e demonstram que as taxas encontradas nos estados são bastante semelhantes às médias nacionais.

Sobre as eleições presidenciais, observou-se grau decrescente de volatilidade eleitoral e uma tendência mais homogênea, o que elas explicam devido ao menor número de opções disponíveis por causa da magnitude distrito eleitoral. Já nas eleições majoritárias – Senado e governos estaduais – o resultado foi distinto. Nesse caso, houve maior heterogeneidade interestadual, principalmente referente aos governos estaduais, e instabilidade eleitoral, sem tendências decrescentes, no caso das disputas senatoriais. Essa ocorrência sugere que “particularidades subnacionais de fato contribuem para o entendimento das taxas de volatilidade eleitoral” (Bohn e Paiva, 2009, p.204). Por fim, sobre as disputas proporcionais encontraram índices menores, se aproximando do que ocorre no nível nacional.

Um último trabalho que merece destaque é o de Peres, Ricci e Rennó (2011), que analisa a volatilidade eleitoral para a Câmara dos Deputados nos 27 estados brasileiros

testando variáveis que possam explicar seus valores. Essas variáveis foram divididas em três categorias: políticas, econômicas e sociais. As variáveis políticas são: 1) as trocas de partido, ou migrações partidárias; 2) a “taxa de renovação compulsória”, que é o percentual de candidatos que não se candidataram à reeleição; 3) o número efetivo de partidos, NEP; 4) a magnitude eleitoral, ou o número de vagas por distrito; e 5) a longevidade partidária, medida através do tempo que cada partido existe nos estados. As variáveis econômicas são o desempenho econômico do governo e a variação da renda *per capita* da PEA entre os anos pré-eleitoral e eleitoral. Por fim, as variáveis sociais são a PEA do setor primário, a taxa de analfabetismo, a entrada de novos eleitores no sistema representativo, e a redução na abstenção eleitoral.

Os autores encontram uma volatilidade eleitoral declinante no nível estadual e uma variabilidade significativa entre os estados e demonstram que a variação da volatilidade eleitoral ocorre, principalmente, por causa das variáveis políticas que foram testadas. Além disso, Peres, Ricci e Rennó (2011) afirmam que este índice não condiciona a decisão das elites, mas reflete escolhas que essas elites tomaram anteriormente, como as trocas de partido e a renovação de bancadas.

Por meio dos trabalhos apresentados podemos notar que o índice de volatilidade eleitoral é amplamente utilizado nas análises sobre o sistema partidário brasileiro. Ele demonstra o grau de estabilização da disputa e permite comparações ao longo do tempo e entre diversos locais. Esse índice nos ajuda a compreender como o eleitorado se relaciona com a política no país e indica a existência (ou não) de bases e fidelidade partidárias mais sólidas. Mas para interpretarmos o real significado do valor deste índice, é importante realizarmos uma análise mais aprofundada. Nesse sentido, nossa proposta é explorar o nível mais desagregado da disputa política, o municipal, e trabalharmos com características estruturais e institucionais dessas cidades, o que nos permite traçar a relação existente entre o sistema partidário e o contexto local.

Variáveis e hipóteses

Como apresentamos anteriormente, nossas variáveis dividem-se em sociodemográficas e institucionais, buscando apreender a totalidade da realidade local⁷. Nossa primeira variável é o IDHM, composto por três medidas: educação, calculada pela taxa de analfabetismo e matrícula; longevidade, que se baseia na esperança de vida ao nascer; e renda, calculada com o valor do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Seu valor varia entre 0 (zero) que significa nenhum desenvolvimento humano, e 1 (um) que seria o desenvolvimento humano completo. As medidas que o compõe dizem respeito à condições básicas e fundamentais promovidas no município, e consiste em uma forma de mensurar a qualidade de vida dos habitantes de cada local.

Essa é a forma que iremos trata-lo, ou seja, como um índice que nos mostra a qualidade de vida no local, que é uma forma de avaliar a atuação do governo e dos representantes. Quanto mais próximo de um (1) for o IDHM de um município, maior será a qualidade de vida dos moradores e mais bem avaliada será a atual situação política do local, no que diz respeito a essas características fundamentais que compõem o índice. Esperamos que em municípios com maior IDHM a avaliação do governo seja mais positiva, e as preferências eleitorais sejam mais estáveis, gerando uma menor alteração no voto. Portanto, esperamos que em municípios com um maior IDHM a volatilidade eleitoral seja menor (Mainwaring e Torcal, 2005; Mainwaring e Zoco, 2007).

Outra característica que consideramos é o tamanho do eleitorado de cada município. Ela está diretamente relacionada com o tamanho da população e nos ajuda a compreender a composição do eleitorado local. Municípios pequenos tendem a apresentar um eleitorado mais homogêneo em relação às suas opiniões e seus comportamentos, enquanto uma grande população propicia a formação de grupos menores e mais heterogêneos. Nesse sentido, acreditamos que municípios menores tenha uma volatilidade eleitoral também menor, uma vez que há menor heterogeneidade de

⁷ Os dados referentes às variáveis estruturais foram obtidos através dos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (www.ibge.gov.br), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (www.ipea.gov.br) e do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (www.atlasbrasil.org.br/2013). Já as variáveis institucionais, assim como os dados eleitorais, foram obtidos através do site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (www.tse.jus.br).

perspectivas e interesses, promovendo uma menor flutuação das preferências e escolhas (Braga, 2006).

A terceira variável segue o mesmo raciocínio, e mede a porcentagem da população que vive na zona rural da cidade. Ela está associada ao porte do município, uma vez que quanto mais ele cresce, mais urbanizado ele fica, e também nos diz muito sobre as condições de vida local. Além da questão do porte, que já foi apresentada com a variável anterior, um município majoritariamente rural oferece a seus habitantes formas de vida, locais de trabalho e meio de subsistência muito semelhantes. Esperamos, portanto, que em municípios com maior porcentagem da população vivendo na área rural, a volatilidade seja menor.

Em relação às variáveis institucionais a intenção é compreendermos como as regras e a organização da disputa política influenciam o comportamento do eleitorado. A primeira delas é o número efetivo de partidos (NEP)⁸. É um valor mais específico do que o número de agremiações que lançaram candidatos, ponderando quantos foram verdadeiramente competitivos. Ele nos mostra quão fragmentado está o sistema partidário, o que pode dificultar a formação de lealdades políticas devido à ampla gama de opções disponíveis. Nesses casos, as chances de haver partidos com propostas semelhantes aumentam, dificultando a decisão do eleitor e facilitando que ele transite entre as legendas. Pensando nisso, acreditamos que em municípios onde há um alto NEP, a volatilidade eleitoral seja maior (Roberts e Wibbels, 1999; Mainwaring e Zoco, 2007; Peres, Ricci e Rennó, 2011).

Por fim, nossa segunda variável institucional é a magnitude do distrito, que medimos por meio do número de vagas para o cargo de vereador em cada município. Segundo Taagepera e Shugart (1989), esse é um aspecto muito importante ao analisarmos o sistema partidário, e tem relação direta com a distribuição de votos entre os partidos. O pressuposto para o uso dessa variável é semelhante ao da anterior. Um maior número de

⁸ Para calcular o número efetivo de partidos é preciso somar a fração de votos que cada partido recebeu em uma eleição para o cargo analisado. Essas frações são elevadas ao quadrado e, em seguida, somamos esse valor em cada município. Por fim, dividimos o número 1 (um) por essa soma, ou seja, $1/\text{soma dos quadrados das frações de voto}$ (Laakso e Taagepera, 1979)

vagas disponíveis tende a gerar mais incentivos para os partidos lançarem candidatos devido à maior chance que têm de conquistar uma dessas vagas, aumentando as opções disponíveis aos eleitores. Um maior número de partidos dificulta a continuidade das escolhas e, por isso, em municípios com maior número de vagas, esperamos que a volatilidade eleitoral seja maior (Peres, Ricci e Rennó, 2011).

A volatilidade eleitoral nos municípios brasileiros

Antes de apresentarmos as variáveis que explicam a volatilidade eleitoral partidária, é necessário entendermos como este índice se comporta em todo o país. Os dados serão apresentados separadamente para cada porte e para cada região do território brasileiro, uma vez que nossa amostra foi estratificada levando em consideração essa divisão. Abaixo apresentamos a média da volatilidade eleitoral partidária para as três ondas que analisamos. O cálculo foi realizado considerando a porcentagem de votos de todos os partidos separadamente para cada par de eleições.

Uma primeira característica bastante importante é que existe diferença entre os portes de municípios, principalmente quando olhamos para os municípios grandes, que se destacam em relação aos demais com um valor menor para a média da volatilidade eleitoral partidária. Além disso, os municípios grandes apresentam maior estabilidade de seu valor (30,88 - 30,70 - 30,62), enquanto os outros dois grupos tendem a reduzir ao longo do tempo, principalmente entre os municípios pequenos (Tabela 02). A média geral também apresenta redução, indicando um processo sutil de estabilização do voto para o cargo de vereador.

Tabela 02 - Média da volatilidade eleitoral partidária

	2000-2004	2004-2008	2008-2012
Pequenos	39,62	38,19	37,70
Médios	38,27	37,94	37,89
Grandes	30,88	30,70	30,62
Geral	36,25	35,61	35,40

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE.

Não há pesquisas que tratem sobre o voto para vereador com a mesma abordagem que propomos e, por isso, não conseguimos afirmar se esse valor aumentou ou diminuiu em relação ao período anterior. Entretanto, podemos comparar em relação a outros cargos legislativos que já foram estudados. Braga (2006) apresenta a média da volatilidade eleitoral partidária para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas no período de 1990 e 2002. Mesmo em se tratando de outro nível de disputa, são cargos com eleições proporcionais que fazem com que o cálculo do eleitor esteja submetido à regras e processos de escolha análogos.

Sobre a volatilidade eleitoral partidária vemos valores abaixo porém próximos àqueles encontrados por Braga (2006). Já em relação aos portes, apesar da nossa classificação ser um pouco diferente daquela realizada pela autora⁹, temos também um menor valor para os municípios maiores. Essa tendência pode ser explicada ao considerarmos que nesses locais as legendas partidárias atuam há mais tempo, o que facilita o reconhecimento pelo eleitorado e a formações de preferências mais sólidas.

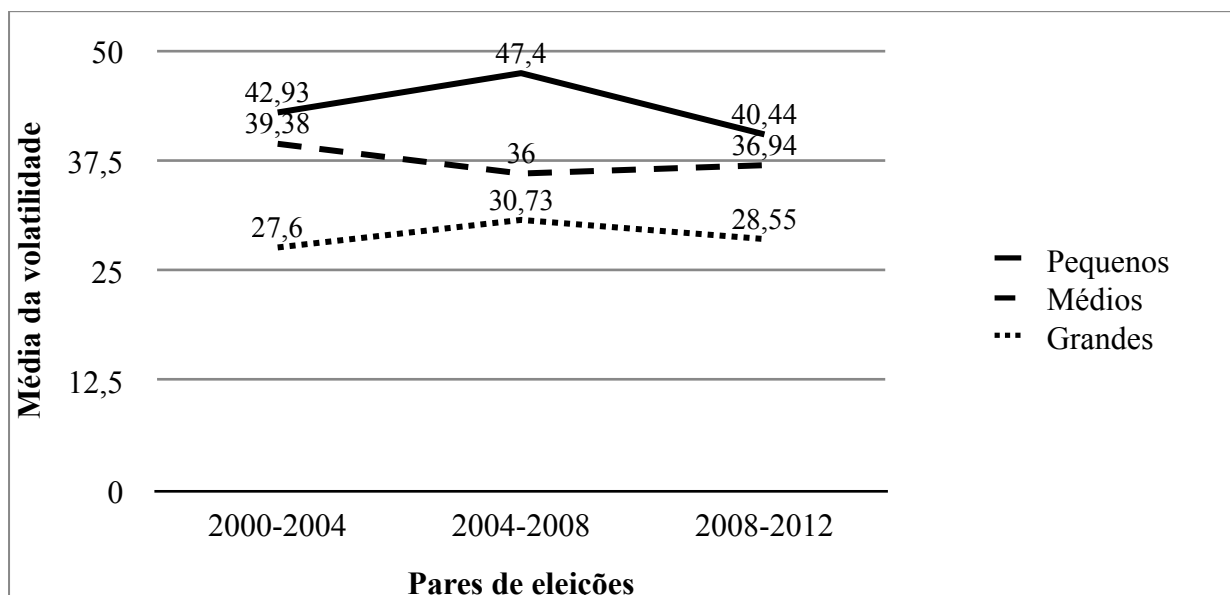
Abaixo (Gráficos 01 a 05)¹⁰ são apresentadas as médias da volatilidade eleitoral partidária por região e para cada tipo de município. Podemos destacar a menor volatilidade eleitoral partidária na região Sudeste e principalmente na região Sul. Esse achado pode ser explicado seguindo o que foi apresentado por Braga (2006), que credita

⁹ A autora considera como municípios grandes aqueles com, aproximadamente, 200 mil a 600 mil eleitores, e capitais com, aproximadamente, 80 mil a 7 milhões de eleitores.

¹⁰ A tabela com os valores da média da volatilidade eleitoral partidária para cada porte em todas as regiões está em anexo.

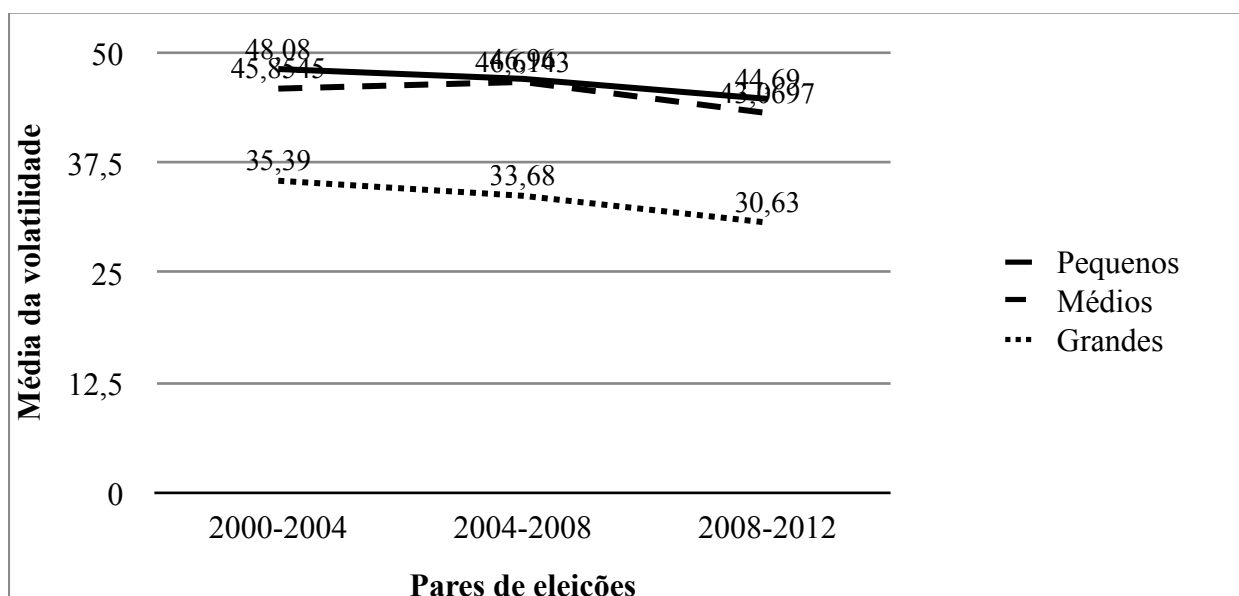
a maior estabilidade nas regiões Sul e Sudeste devido à instauração tardia do multipartidarismo. Esse processo facilitaria a formação de preferências eleitorais e, consequentemente, a maior estabilidade do sistema partidário.

Gráfico 01 - Média da volatilidade eleitoral partidária – Norte



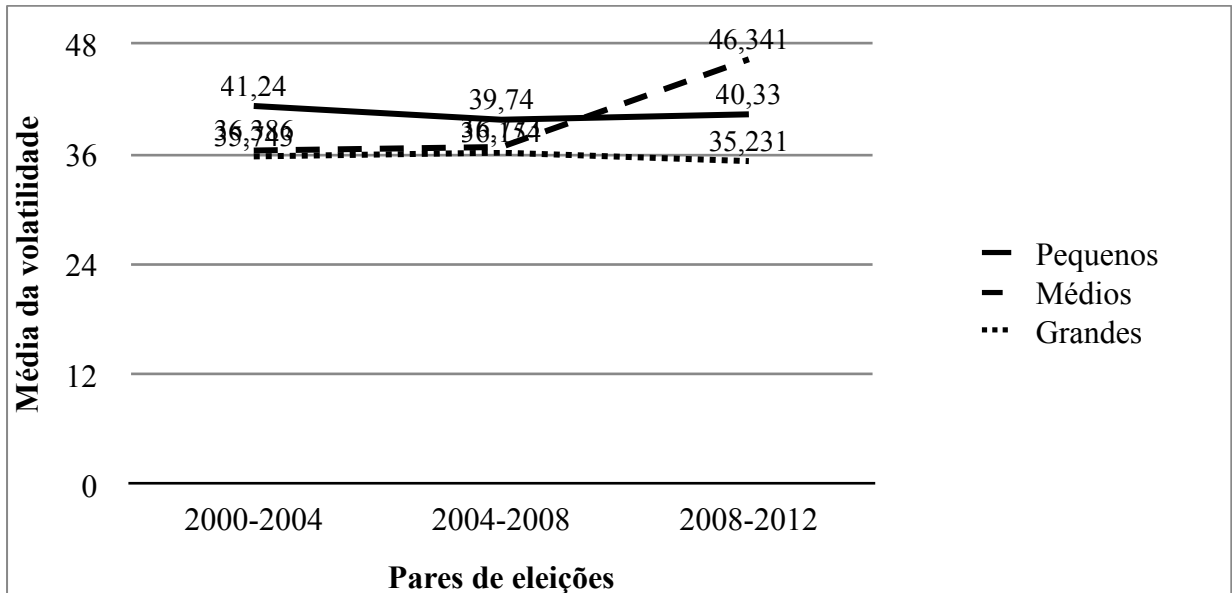
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE.

Gráfico 02 - Média da volatilidade eleitoral partidária – Nordeste



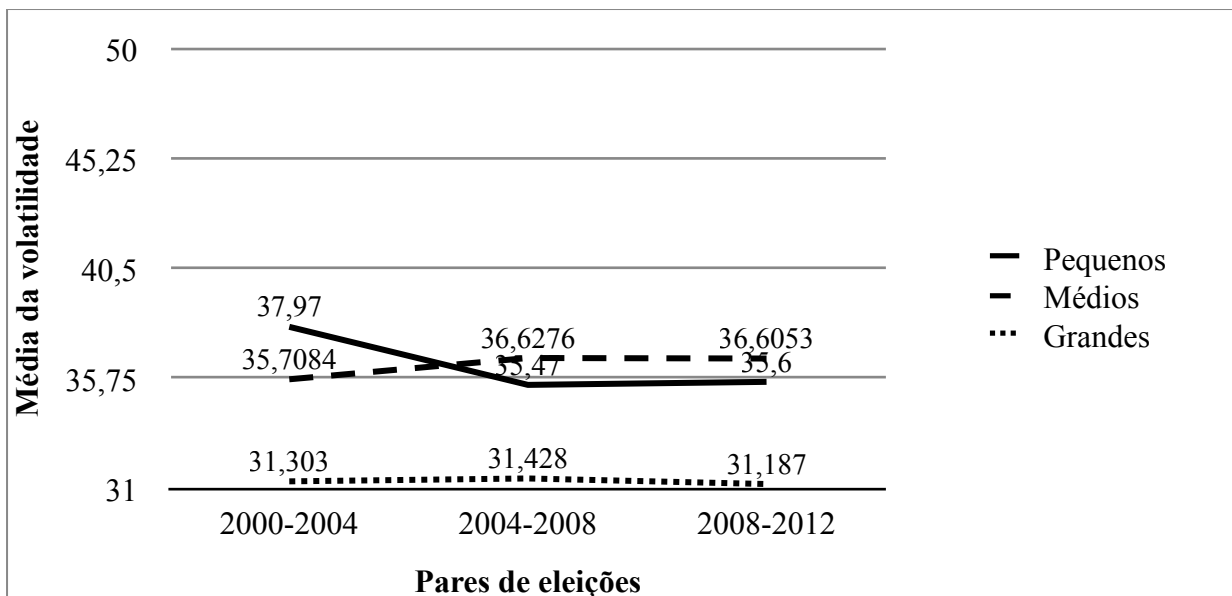
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE.

Gráfico 03 - Média da volatilidade eleitoral partidária – Centro-oeste



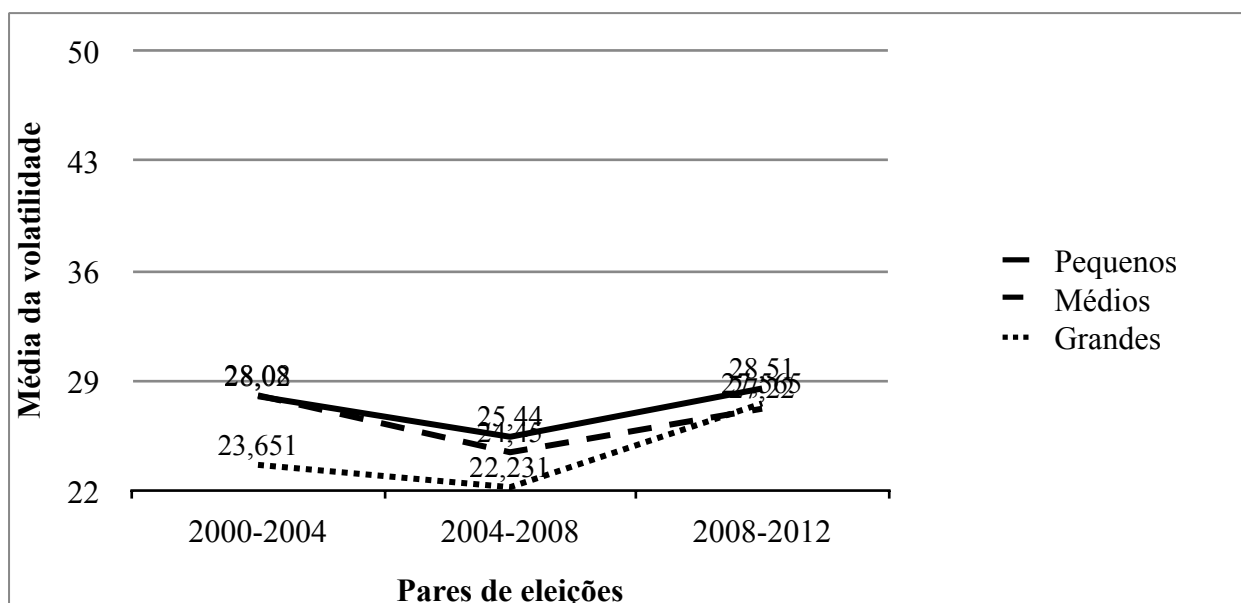
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE.

Gráfico 04 - Média da volatilidade eleitoral partidária – Sudeste



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE.

Gráfico 05 - Média da volatilidade eleitoral partidária – Sul



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do TSE.

Olhando agora para os valores máximos e mínimos que o índice de volatilidade eleitoral partidária apresenta, percebemos um amplo intervalo entre seus extremos. É relevante notar que a região Sul é a que apresenta os menores valores médios para todos os casos, enquanto os maiores valores concentram-se nas regiões Nordeste, Centro-oeste e, em menor escala, Norte. Com isso reforçamos a tese da Braga (2006) sobre o impacto da instauração do multipartidarismo na consolidação das preferências eleitorais (Tabela 03).

Em relação aos valores reais também percebemos um grande intervalo entre os valores máximos e mínimos que encontramos. Apesar disso, à medida que transitamos dos municípios menores para os maiores percebemos que estes intervalos diminuem gradualmente. De um modo geral, percebemos uma tendência predominantemente de queda deste índice ao longo do tempo.

Tabela 03 - Valores máximos e mínimos para a volatilidade eleitoral partidária

		Máximo	Mínimo	Maior média	Menor média
Pequenos	2000-2004	93,26 Triunfo (PB)	3,04 Jaguari (RS)	48,07 (NE)	28,01 (S)
	2004-2008	100 Solidão (PE)	2,38 Relvado (RS)	47,40 (N)	25,43 (S)
	2008-2012	92,74 Frei Martinho (PB)	1,81 Fernandes Tourinho (MG)	44,68 (NE)	28,51 (S)
Médios	2000-2004	92,44 Brejo Santo (CE)	5,60 São Domingos do Maranhão (MA)	45,85 (NE)	28,07 (S)
	2004-2008	88,94 Exu (PE)	7,66 Indaial (SC)	46,61 (NE)	24,45 (S)
	2008-2012	81,40 Várzea Grande (MT)	8,68 Dom Pedrito (RS)	46,34 (CO)	27,22 (S)
Grandes	2000-2004	50,0 Contagem (MG)	13,8 São Paulo (SP)	35,74 (CO)	23,65 (S)
	2004-2008	56,3 Maceió (AL)	13,2 Canoas (RS)	36,15 (CO)	22,23 (S)
	2008-2012	48,4 Barueri (SP)	16,1 Piracicaba (SP)	35,23 (CO)	27,56 (S)

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE.

O impacto do contexto sobre a volatilidade eleitoral partidária

Esta seção complementa as análises descritivas apresentadas anteriormente e se propõe a explicar os motivos de haverem locais com eleitores mais voláteis, ou seja, que transitam mais entre as opções partidárias. Utilizamos Regressões Lineares Múltiplas para testar nossas hipóteses. Este teste nos dá o impacto de cada característica levando em consideração a presença das outras variáveis que fazem parte do modelo. Os testes foram feitos separadamente para cada grupo de municípios pequenos, médios e grandes, a fim de verificar a influência do porte sobre as variáveis e também sobre seus efeitos.

Nossa variável dependente é a volatilidade eleitoral partidária e tentaremos explicá-la construindo três modelos. O primeiro modelo traz apenas o IDHM, como uma forma de avaliar a qualidade de vida no município, o processo de recompensa do eleitorado devido à satisfação com o desempenho do partido político em que votou na eleição anterior e o impacto da maior escolaridade, que facilita tomar uma decisão mais estável no tempo. Portanto, esperamos que locais com alto IDHM tenham uma menor volatilidade eleitoral partidária. O segundo modelo acrescenta as variáveis sociodemográficas, ou seja, o tamanho do eleitorado e a porcentagem de população rural. Criamos, portanto, um bloco de variáveis que trata não só sobre a qualidade de vida, mas também sobre as condições de vida e o processo de socialização, uma vez que municípios menores e mais rurais tendem a ter uma dinâmica distinta dos grandes centros urbanos. Esperamos que municípios com eleitorado maior tenham uma volatilidade também maior, pela maior presença de grupos e interesses concorrentes, e que em locais com maior porcentagem da população vivendo na zona rural, a volatilidade seja menor, pela maior homogeneidade na formação de opiniões e preferências do eleitorado¹¹.

Por fim, nosso terceiro modelo inclui as variáveis institucionais: o número efetivo de partidos (NEP) e o número de vagas para o cargo analisado (vereador). Com elas podemos saber como as regras e a organização da disputa política influenciam o

¹¹ Os testes foram realizados utilizando o IDHM de cada município multiplicado por mil, e o log do número de eleitores de cada município. Isso porque seus valores originais destoam em sua amplitude e para realizar a regressão linear múltipla precisamos de variáveis que sejam da mesma escala. Neste exercício, igualamos as variáveis em relação a sua unidade de medida, o que torna os coeficientes comparáveis.

eleitorado. Esperamos que locais com maior NEP e maior número de vagas tenham uma maior competitividade entre os partidos e uma maior volatilidade, devido ao aumento do número de opções disponíveis ao eleitor. Ao acrescentá-las apenas no modelo final, conseguimos captar o impacto institucional separadamente. Assim, temos um conjunto de variáveis que refletem características locais e que podem ajudar a compreender o que leva os eleitores a mudarem de opção partidária entre duas eleições consecutivas¹².

É importante ressaltar que, à medida que acrescentamos variáveis a cada modelo, ele amplia seu poder explicativo. Ou seja, o r^2 apresentou tendência crescente a cada modelo realizado, indicando a maior eficácia de nossa análise e que nossas variáveis são significativas para explicar a volatilidade eleitoral quando tratadas em conjunto. Os testes foram realizados separadamente para cada grupo de municípios e para cada par de volatilidade eleitoral partidária (2000/2004 – 2004/2008 – 2008/2012)¹³.

Iremos apresentar os principais resultados de forma comparativa entre os grupos de municípios, para verificarmos como o perfil municipal exerce impacto sobre o comportamento do eleitor, e entre os três pares de volatilidade eleitoral partidária, para verificarmos a existência de padrões estáveis a cada período. A proposta é explorar as diferenças que existem em relação a essa característica fundamental que é o porte, e identificar como o impacto das variáveis se comporta no decorrer do tempo. Para isso, segue abaixo a relação das variáveis que foram significativas em cada momento e para cada tipo de município nos modelos completos (Tabela 04).

¹² Foram realizados testes de multicolinearidade entre as variáveis em cada um dos modelos e todos deram negativo.

¹³ As tabelas com os resultados completos estão em anexo.

**Tabela 04 - Variáveis estatisticamente significativas
(volatilidade eleitoral partidária)**

	Pequenos			Médios			Grandes		
	2000 2004	2004 2008	2008 2012	2000 2004	2004 2008	2008 2012	2000 2004	2004 2008	2008 2012
IDHM	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Número de eleitores			*			-			
População rural	*	*	*			*	*		*
Número Efetivo de Partidos		*	*	*	*		*		
Magnitude do distrito									

Fonte: elaborada pela autora a partir dos resultados dos testes realizados.

* = variáveis que confirmaram nossas hipóteses.

- = variáveis que negaram nossas hipóteses.

A variável com maior impacto sobre a volatilidade eleitoral partidária é o IDHM. Além de explicar a mudança nas preferências eleitorais em todos os períodos e para todos os tipos de municípios, ela apresenta os coeficientes padronizados mais altos, indicando seu maior grau de influência sobre nossa variável dependente em comparação com as demais. O número de eleitores apresenta comportamento que difere do que esperaríamos encontrar, com exceção entre os municípios pequenos, onde confirma nossas hipóteses mesmo que em pequena medida. E a população que vive na zona rural se mostra fundamental para explicar a volatilidade eleitoral partidária entre os municípios pequenos, principalmente reforçando o impacto de fatores sociodemográficos sobre o comportamento eleitoral.

Já entre as variáveis institucionais, apenas o número efetivo de partidos se mostra significativo em nossos testes, principalmente em municípios pequenos e médios. Enquanto isso, a magnitude do distrito não apresenta nenhum poder explicativo, indicando que um maior número de vagas não é condição necessária e suficiente para

produzir contextos políticos mais voláteis. O baixo efeito do NEP nos municípios grandes e a não importância do número de vagas para o cargo em disputa ao longo de todo o período e para todos os portes de cidades, sugerem que o efeito dessas características institucionais vai depender também do grau de estabilidade da competição eleitoral.

Em relação ao porte, percebemos que os municípios pequenos são aqueles que sofrem maior impacto das nossas variáveis contextuais sociodemográficas. Em seguida vêm os municípios médios e, por fim, os grandes. Podemos verificar essa tendência pelo grau de significância mais elevado que as variáveis apresentam, mas também pelo maior número de variáveis que impactam sobre a volatilidade eleitoral partidária e pelo maior valor de seus coeficientes. À medida que os municípios aumentam de porte, vemos que esses valores vão reduzindo.

O porte tem impacto sobre muitas variáveis que selecionamos como, por exemplo, o número de vagas que é calculado levando em consideração a representatividade da população. Sendo assim, já esperávamos encontrar essa diferença entre os tipos de municípios, com algumas variáveis tendo efeito apenas em contextos específicos, como ocorreu com a porcentagem da população rural, e diferente do que vimos com o IDHM que impactou em todos os pares de volatilidade e para todos os municípios. Com o que foi apresentado, concluímos que algumas características impactam sobre o voto, mas apenas sob certas condições.

Ao olhar para cada período analisado, vemos que entre os municípios médios e grandes, as variáveis perdem sua capacidade explicativa ao longo do tempo. Isso difere do que vemos entre os municípios pequenos, onde as mudanças nos votos para o cargo de vereador são cada vez mais influenciadas por características contextuais. Essa evidência talvez possa ser explicada com base no fato de que em 2003 o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a presidência, dando início a uma grande mudança estrutural nos locais mais precários do país. Com políticas de transferência de renda, principalmente, o governo facilitou o acesso à educação e gerou melhorias nas condições de vida dos indivíduos. Essas mudanças tiveram impacto direto no sobre a população.

A partir das eleições de 2004 e 2008 essa dinâmica pode estar em maior evidência. Com a mudança na vida das pessoas elas passaram a dar mais atenção às melhorias em seu dia a dia e em sua cidade, algo relevante para suas referências políticas. Por outro lado, entre os municípios médios e, principalmente, entre os municípios grandes, essas mudanças estruturais ficam mais dispersas pelo território, exercendo um impacto mais pontual sobre grupos de pessoas específicos, e não de modo uniforme como entre os municípios pequenos. Ou seja, nesses locais o efeito dessas políticas está menos concentrado o que dificulta a percepção da população.

Nos municípios grandes o maior impacto dessas variáveis foi no período inicial de 2000 e 2004, com um contínuo declínio no decorrer das três ondas. Podemos entender que entre eles há uma menor capacidade explicativa da volatilidade eleitoral partidária pelas variáveis contextuais. Por se tratar de um local com maior presença de grupos heterogêneos e com uma dinâmica distinta daquela que encontramos em pequenos municípios, a decisão do eleitor pode levar em conta características que vão além das peculiaridades de seu local de habitação. Além disso, em relação às variáveis institucionais que, em certa medida, estão relacionadas principalmente com a oferta de partidos, também notamos menor impacto. Podemos sugerir que isso ocorre porque em municípios grandes espera-se encontrar uma presença partidária mais antiga e, por isso, consolidada, fazendo com que o aumento no número de competidores impacte menos na decisão do eleitor por ela ser mais estável.

Apesar dessas diferenças, podemos afirmar que nossas variáveis contextuais, sociodemográficas e institucionais, são importantes para explicar a volatilidade eleitoral partidária e, assim, o comportamento eleitoral nos municípios. Com isso, mostramos que a mudança do voto para vereador no Brasil é influenciada pelas condições de vida local, pela maior capacidade cognitiva dos eleitores para definir sua preferência partidária e se manter estável a ela, pelo processo de socialização pessoal e pela oferta partidária de cada eleição, sendo este último em menor escala.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender porque alguns municípios possuem eleitores com comportamento mais volátil do que outros. Realizamos essa análise por dois caminhos: o primeiro consistiu num exercício exploratório e mais descritivo, por meio do qual fomos capazes de identificar se há um processo de estabilização das preferências eleitorais e em quais regiões isso ocorreu de forma mais acentuada; o segundo, de caráter mais analítico, teve como proposta identificar quais características do contexto local são capazes de explicar essa flutuação nas votações partidárias.

Ao tratar de municípios de tamanhos, locais e características distintas e de todo o território brasileiro, conseguimos isolar uma variável importante para as análises sobre sistema partidário: as regras da disputa são as mesmas para todos os casos, mudando seu efeito apenas de acordo com as características estruturais dos municípios. Assim conseguimos analisar não só os graus de estabilidade do voto, como ainda fomos capazes de compará-los.

Com esta pesquisa, encontramos uma tendência - ainda que sutil - de estabilização do sistema partidário, com a volatilidade eleitoral partidária apresentando um movimento de queda no decorrer dos anos analisados. Vemos que esse padrão segue o que foi apresentado para outros pleitos, como o presidencial, para os governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas (Braga, Ribeiro e Amaral, 2012; Peres, Ricci e Rennó, 2011; Bohn e Paiva, 2009; Braga, 2006).

Com isso, vemos que o padrão encontrado para os cargos nacionais e estaduais se repete também no nível municipal, mostrando que os municípios acompanham a dinâmica das disputas nesses outros níveis, o que pode sugerir duas hipóteses: 1) ocorre uma radiação da disputa nacional para a estadual e para a municipal, e o eleitorado acompanha esse movimento; 2) o multipartidarismo está estabelecido e os principais partidos políticos estão organizados no país inteiro, gerando essa estabilização das preferências eleitorais.

Nossos achados por meio das análises descritivas e inferenciais também apontam outra relação importante. Apesar dos municípios pequenos apresentarem maior instabilidade eleitoral, nesses locais ela pode ser mais bem compreendida por meio de características contextuais. Nos municípios grandes as escolhas eleitorais são mais estáveis no tempo e não possuem tanta relação com as características contextuais, o que reforça a ideia de uma presença partidária mais numerosa e antiga, que facilita a consolidação das relações entre o eleitor e o partido político de sua preferência.

Essa evidência confirma a importância de explorarmos de forma aprofundada o índice de volatilidade eleitoral, ao invés de aceitarmos seu valor apenas como uma evidência do grau de estabilidade do sistema partidário. Um sistema com alto índice de volatilidade eleitoral não necessariamente indica a não consolidação do mesmo, pois os motivos para essas flutuações podem ser devido a características pontuais de cada local e não algum problema intrínseco ao sistema político que o afeta em sua totalidade.

Referências bibliográficas

BOHN, Simone R.; PAIVA, Denise. A Volatilidade Eleitoral nos Estados: sistema partidário e democracia no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.17, n. 33, p. 187-208, 2009.

BRAGA, Maria do Socorro S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2006.

_____; RIBEIRO, Pedro F.; AMARAL, Oswaldo E. El Sistema de Partidos en Brasil: Estabilidad e Institucionalización. In: *VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP)*. Quito, 12 a 14 de junio de 2012.

DALTON, Russel J.; ANDERSON, Christopher. *Citizens, Context and Choice: how context shapes citizens electoral choices*. Oxford University Press, 2011.

FIGUEIREDO, Marcus. *A Decisão do voto: Democracia e racionalidade*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LAAKSO, Marku; TAAGEPERA, Rein. “Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, v.12, n.1, p. 3-27, 1979.

LIPSET, Seymour M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____; ROKKAN, Stein. *Party Systems and Voter Alignments: cross-national perspectives*. Free Press: 1967.

MAINWARING, Scott. *Sistemas Partidários em novas democracias: O Caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

_____; SCULLY, Timothy R. Party Systems in Latin America. In: Mainwaring, S.; Scully, T. (Ed.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

_____; TORCAL, Mariano. Teoria e Institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, v.11, n.2, Outubro, p. 249-286, 2005.

_____; ZOCO, Edurne. Political Sequences and the Stabilization of Interparty Competition: Electoral Volatility in Old and New Democracies. *Party Politics*, v. 13, n. 2, p. 155-178, 2007.

PEDERSEN, Mogens N. The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility. *European Journal of Political Research*, 7, p.1-26, 1979.

PERES, Paulo. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? Uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral. *Opinião Pública*, v. 19, n.1, Junho, p. 21-48, 2013.

_____; RICCI, Paolo; RENNÓ, Lúcio R. A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste das explicações políticas, econômicas e sociais. *Latin American Research Review*, v. 46, n.3, p.46-68, 2011.

ROBERTS, Kenneth M.; WIBBELS, Erik. Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations. *American Political Science Review*, v.93, n.3, Setembro, p. 575-590, 1999.

TAAGEPERA, Rein; SHUGART, Matthew S. *Seats and Votes: The Effects and Determinants Of Electoral Systems*. Yale University Press: 1989.

Anexos

Tabela 05 – Média da volatilidade eleitoral partidária por região

Norte	Pequenos	Médios	Grandes
2000-2004	42,93	39,38	27,60
2004-2008	47,40	36,00	30,73
2008-2012	40,44	36,94	28,55
Nordeste	Pequenos	Médios	Grandes
2000-2004	48,08	45,85	35,39
2004-2008	46,96	46,61	33,68
2008-2012	44,69	43,07	30,63
Centro-oeste	Pequenos	Médios	Grandes
2000-2004	41,24	36,39	35,74
2004-2008	39,74	36,77	36,15
2008-2012	40,33	46,34	35,23
Sudeste	Pequenos	Médios	Grandes
2000-2004	37,97	35,71	31,30
2004-2008	35,47	36,63	31,43
2008-2012	35,60	36,61	31,19
Sul	Pequenos	Médios	Grandes
2000-2004	28,02	28,08	23,65
2004-2008	25,44	24,45	22,23
2008-2012	28,51	27,22	27,57

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE.

Tabela 06 – Volatilidade eleitoral partidária – Municípios pequenos – 2000/2004

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.
IDHM 2000	-,057*** (,006)	-,371	-,072*** (,007)	-,473	-,073*** (,007)	-,475
Tamanho Eleitorado 2004			3,453 (2,285)	,062	2,798 (2,437)	,051
População Rural 2000			-,164*** (,033)	-,231	-,161*** (,034)	-,227
Número Efetivo de Partidos 2000					,303 (,406)	,032
Magnitude do Distrito 2004					1,890 (7,185)	,010
Constante	68,559*** (3,206)		71,198*** (10,974)		55,265 (64,906)	
R²	,138		,189		,190	
R² Ajustado	,136		,184		,182	

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE e IBGE. *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01

Tabela 07 - Volatilidade eleitoral partidária - Municípios pequenos – 2004/2008

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.
IDHM (média)	-,086*** (,007)	-,459	-,103*** (,008)	-,554	-,099*** (,008)	-,533
Tamanho do Eleitorado 2008			4,020* (2,252)	,071	1,630 (2,314)	,029
População Rural (média)			-,169*** (,034)	-,224	-,144*** (,034)	-,191
Número Efetivo de Partidos 2004					1,225*** (,302)	,162
Magnitude do Distrito 2008					-5,132 (3,425)	-,056
Constante	87,882*** (4,226)		90,426*** (11,780)		135,409*** (32,359)	
R²	,210		,261		,286	
R² Ajustado	,209		,257		,279	

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE e IBGE. . *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01.

Tabela 08 - Volatilidade eleitoral partidária - Municípios pequenos – 2008/2012

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.
IDHM 2010	-,063*** (,008)	-,311	-,077*** (,010)	-,386	-,076*** (,009)	-,379
Tamanho do Eleitorado 2012			5,012** (2,137)	,100	6,033** (2,667)	,120
População Rural 2010			-,141*** (,032)	-,207	-,133*** (,032)	-,196
Número Efetivo de Partidos 2008					,586** (,267)	,094
Magnitude do Distrito 2012					-1,521 (,923)	-,082
Constante	78,366*** (5,423)		74,720*** (12,274)		80,263*** (12,555)	
R²	,097		,149		,161	
R² Ajustado	,095		,145		,153	

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE e IBGE. . *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01.

Tabela 09 - Volatilidade eleitoral partidária – Municípios médios – 2000/2004

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.
IDHM 2000	-,056*** (,006)	-,441	-,061*** (,009)	-,485	-,060*** (,009)	-,478
Tamanho Eleitorado 2004			-,788 (2,715)	-,015	-2,589 (5,938)	-,050
População Rural 2000			-,040 (,048)	-,064	-,023 (,049)	-,037
Número Efetivo de Partidos 2000					,528** (,263)	,103
Magnitude do Distrito 2004					,022 (1,206)	,002
Constante	69,548*** (3,274)		77,226*** (14,069)		80,595*** (18,313)	
R²	,194		,196		,204	
R² Ajustado	,192		,190		,194	

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE e IBGE. . *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01.

Tabela 10 - Volatilidade eleitoral partidária – Municípios médios – 2004/2008

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.
IDHM (média)	-,066*** (,007)	-,428	-,079*** (,012)	-,509	-,077*** (,012)	-,496
Tamanho do Eleitorado 2008			1,456 (2,809)	,027	6,757 (5,221)	,126
População Rural (média)			-,060 (,055)	-,088	-,035 (,055)	-,052
Número Efetivo de Partidos 2004					,574** (,233)	,118
Magnitude do Distrito 2008					-1,454 (,956)	-,138
Constante	79,441*** (4,477)		82,009*** (15,743)		65,643*** (18,538)	
R²	,183		,187		,205	
R² Ajustado	,181		,181		,195	

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE e IBGE. . *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01.

Tabela 11 - Volatilidade eleitoral partidária – Municípios médios – 2008/2012

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.
IDHM 2010	-,058*** (,008)	-,341	-,079*** (,013)	-,463	-,077*** (,014)	-,449
Tamanho do Eleitorado 2012			-4,178 (2,591)	-,086	-6,412* (3,661)	-,132
População Rural 2010			-,124** (,053)	-,193	-,115** (,053)	-,179
Número Efetivo de Partidos 2008					,389 (,239)	,081
Magnitude do Distrito 2012					,158 (,304)	,035
Constante	77,938*** (5,619)		114,122*** (15,755)		117,389*** (17,100)	
R²	,116		,131		,137	
R² Ajustado	,114		,124		,126	

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE e IBGE. . *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01.

Tabela 12 - Volatilidade eleitoral partidária – Municípios grandes – 2000/2004

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.
IDHM 2000	-,060*** (,016)	-,385	-,061*** (,016)	-,390	-,055*** (,016)	-,353
Tamanho Eleitorado 2004			-5,520* (2,789)	-,203	2,204 (9,279)	,081
População Rural 2000			-,552** (,228)	-,248	-,519** (,228)	-,233
Número Efetivo de Partidos 2000					,736** (,367)	,208
Magnitude do Distrito 2004					-,321 (,329)	-,336
Constante	71,116*** (10,826)		103,810*** (17,703)		55,894 (46,151)	
R²	,148		,230		,272	
R² Ajustado	,137		,201		,225	

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE e IBGE. . *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01.

Tabela 13 - Volatilidade eleitoral partidária – Municípios grandes – 2004/2008

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.
IDHM (média)	-,046** (,019)	-,267	-,046** (,019)	-,264	-,041** (,020)	-,239
Tamanho do Eleitorado 2008			-4,338 (2,821)	-,171	5,508 (9,472)	,217
População Rural (média)			-,378 (,286)	-,147	-,375 (,295)	-,146
Número Efetivo de Partidos 2004					,330 (,370)	,104
Magnitude do Distrito 2008					-,382 (,336)	-,428
Constante	63,877*** (13,420)		88,649*** (19,654)		34,786 (47,491)	
R²	,071		,110		,132	
R² Ajustado	,060		,075		,075	

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE e IBGE. . *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01.

Tabela 14 - Volatilidade eleitoral partidária – Municípios grandes – 2008/2012

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.	Não padr.	Padr.
IDHM 2010	-,042** (,019)	-,239	-,041** (,019)	-,231	-,042** (,021)	-,235
Tamanho do Eleitorado 2012			-6,339*** (2,357)	-,294	-7,118 (6,167)	-,331
População Rural 2010			-,638** (,289)	-,242	-,641** (,293)	-,243
Número Efetivo de Partidos 2008					-,099 (,268)	-,044
Magnitude do Distrito 2012					,047 (,223)	,059
Constante	63,141*** (14,814)		99,021*** (18,523)		103,961*** (28,566)	
R²	,057		,160		,162	
R² Ajustado	,045		,128		,107	

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do TSE e IBGE. . *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01.